

PRODUÇÃO ANIMAL

LEGISLAÇÃO RELEVANTE

Despacho n.º 6312/2019, DR n.º 130/2019, Série II de 2019-07-10	Autoriza a AdP Energias - Energias Renováveis e Serviços Ambientais, S. A. a realizar os estudos técnicos e económico-financeiros necessários à criação de um novo serviço público destinado ao tratamento e à valorização dos efluentes agropecuários e agroindustriais
Despacho n.º 1230/2018, DR n.º 25/2018, Série II de 2018-02-05	Aprova o Código de Boas Práticas Agrícolas
Decreto-Lei n.º 81/2013, DR n.º 113/2013, Série I de 2013-06-14	Aprova o novo regime do exercício da atividade pecuária (NREAP), nas explorações pecuárias, entrepostos e centros de agrupamento, garantindo o respeito pelas normas de bem-estar animal, a defesa higiossanitária dos efetivos, a salvaguarda da saúde, a segurança de pessoas e bens, a qualidade do ambiente e o ordenamento do território, num quadro de sustentabilidade e de responsabilidade social dos produtores pecuários
Portaria n.º 42/2015, DR n.º 35/2015, Série I de 2015-02-19	Estabelece as normas regulamentares aplicáveis à atividade de detenção e produção pecuária, ou atividades complementares, de bovinos (incluindo bisontes e búfalos), ovinos (incluindo muflões), caprinos e cervídeos (incluindo veados, gamos e corços), nas explorações e nos núcleos de produção de bovinos (NPB), ou núcleos de produção de ovinos e caprinos (NPOC), bem como nos entrepostos e nos centros de agrupamento autorizados para estas espécies animais
Portaria n.º 631/2009, DR n.º 111/2009, Série I de 2009-06-09	Estabelece as normas regulamentares a que obedece a gestão dos efluentes das atividades pecuárias e as normas técnicas a observar no âmbito do licenciamento das atividades de valorização agrícola ou de transformação dos efluentes pecuários, tendo em vista promover as condições adequadas de produção, recolha, armazenamento, transporte, valorização, transformação, tratamento e destino final
Portaria n.º 636/2009, DR n.º 111/2009, Série I de 2009-06-09	Estabelece as normas regulamentares aplicáveis à atividade de detenção e produção pecuária ou atividades complementares de animais da espécie suína
Portaria n.º 637/2009, DR n.º 111/2009, Série I de 2009-06-09	Estabelece as normas regulamentares aplicáveis à atividade de detenção e produção pecuária ou atividades complementares de animais de espécies avícolas nas explorações e nos núcleos de produção de aves (NPA), bem como nos entrepostos e nos centros de agrupamento para aves
Decreto-Lei n.º 135/2003, DR n.º 147/2003, Série I-A de 2003-06-28	Estabelece as normas mínimas de protecção dos suínos alojados para efeitos de criação e engorda, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 91/630/CEE , do Conselho, de 19 de Novembro, relativa às normas mínimas de protecção de suínos, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Directivas n.os 2001/88/CE , do Conselho, de 23 de Outubro, e 2001/93/CE , da Comissão, de 9 de Novembro
Decreto-Lei n.º 235/97, DR n.º 203/1997, Série I-A de 1997-09-03	Transpõe para o direito interno a Directiva n.º 91/676/CEE , do Conselho, de 12 de Dezembro de 1991, relativa à protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola
Decreto-Lei n.º 68/99, DR n.º 59/1999, Série I-A de 1999-03-11	Altera o Decreto-Lei n.º 235/97, de 3 de Setembro, que transpõe para o direito interno a Directiva n.º 91/676/CEE , do Conselho, de 12 de Dezembro, relativa à protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola
Despacho n.º 1230/2018, DR n.º 25/2018, Série II de 2018-02-05	Aprova o código de Boas Práticas Agrícolas. Estabelece orientações e diretrizes de carácter geral, com o objetivo de auxiliar os agricultores e empresários agrícolas na tomada de medidas que visem racionalizar a prática das fertilizações e de todo um conjunto de operações e de técnicas culturais que, direta ou indiretamente, interferem na dinâmica do azoto e do fósforo nos ecossistemas agrários
Decreto-Lei n.º 208/2008, DR n.º 209/2008, Série I de 2008-10-28	Estabelece o regime de protecção das águas subterrâneas contra a poluição e deterioração, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/118/CE , do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro, relativa à protecção da água subterrânea contra a poluição e deterioração